

Congresso devolverá Cz\$

694 bi a militares

JOSÉ RAMOS FILHO

O Congresso Nacional devolverá aos ministérios militares os recursos cortados durante a tramitação do Orçamento Geral da União ao Legislativo. O mecanismo será a utilização dos recursos que excederam os Cz\$ 105 trilhões da arrecadação prevista para 1989, através da autorização de suplementação de verbas, denominada Lei de Excesso. A alocação destes recursos já está sendo prevista em um anexo à Lei Orçamentária, antes mesmo que ela entre em vigor, e prevê um teto de Cz\$ 1 trilhão, a ser distribuído entre as diversas pastas. Entretanto, os maiores beneficiados serão os ministérios militares, que abocanharão 69 por cento dos recursos, ou Cz\$ 694 bilhões.

O Ministério da Aeronáutica ganhará uma suplementação de Cz\$ 345 bilhões que somado ao orçamento aprovado de Cz\$ 1,6 trilhão proporcionará uma verba de Cz\$ 1,9 trilhão em 1989, superior até mesmo à proposta original enviada pelo Governo, que solicitava Cz\$ 1,7 trilhão. O Ministério da Marinha deverá receber uma suplementação de

Cz\$ 203 bilhões, segundo a programação do Congresso, que somada aos Cz\$ 1,6 trilhão do orçamento aprovado, elevará a receita a Cz\$ 1,8 trilhão, também superior ao orçamento original apresentado pelo Executivo, de Cz\$ 1,7 trilhão.

A pasta com menor suplementação será o Exército, com previsão de Cz\$ 146 bilhões. Mas na soma final, levando-se em conta o orçamento aprovado de Cz\$ 2,0 trilhões, ele ficará com Cz\$ 2,1 trilhões, a maior fatia das verbas militares, aproximadamente o mesmo valor do seu orçamento original.

EDUCAÇÃO

No projeto aprovado pelo Congresso, enviado sexta-feira ao presidente José Sarney com as últimas alterações efetuadas ao longo da semana, o ministério mais beneficiado foi o da Educação, com um aumento de 16 por cento em seus recursos, que passaram de Cz\$ 4,7 trilhões para Cz\$ 5,5 trilhões. Em termos proporcionais, o mais beneficiado pelo Congresso foi o Ministério da Ciência e Tecnologia, que teve seus recursos aumentados de Cz\$ 745 bilhões pa-

ra Cz\$ 1 trilhão, um crescimento de 38 por cento.

O Ministério da Agricultura, recuperou também parte das verbas principalmente pelo trabalho de convencimento dos funcionários da Embrater e Embrapa, que haviam sido afetadas por cortes ordenados pelo Ministério do Planejamento. Seu orçamento passou de Cz\$ 722 bilhões para Cz\$ 931 bilhões. O mesmo ocorreu com o Ministério da Saúde, que teve suas verbas aumentadas de Cz\$ 1,6 trilhão para Cz\$ 2,2 trilhões, e o Ministério dos Transportes, com aumento de Cz\$ 1,9 trilhão para Cz\$ 2,6 trilhão, principalmente com reincorporação de verbas para o DNER e setor de transporte urbano.

Quem mais perdeu recursos foi a Presidência da República, que pretendia controlar a destinação de Cz\$ 9,5 trilhões. O Congresso redistribuiu estas verbas e deixou sob controle direto apenas Cz\$ 2,8 trilhões. A verba própria da Presidência caiu de Cz\$ 2,7 trilhões para Cz\$ 1,9 trilhão, os encargos gerais da União de Cz\$ 5,8 trilhões para Cz\$ 837 bilhões e a Reserva de Contingência de Cz\$ 1 trilhão para Cz\$ 100 bilhões.

DESPESAS PREVISTAS NO OGU PARA 89

(EM CZ\$ BILHÕES)

1^a Proposta do Executivo | Aprovado pelo Congresso

Distribuição por subanexos	1 ^a Proposta do Executivo	Aprovado pelo Congresso
1- Recursos do Tesouro	77.845	77.845
Câmara dos Deputados	322	338
Senado Federal	339	339
Tribunal de Contas da União	89	93
Supremo Tribunal Federal	20	18
Superior Tribunal de Justiça (ex-Tribunal Federal de Recursos)	107	171
Justiça Militar	27	27
Justiça Eleitoral	104	98
Justiça do Trabalho	423	443
Justiça Federal	88	94
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	46	43
Presidência da República	2.708	1.903
Ministério da Aeronáutica	1.798	1.615
Ministério da Agricultura	722	931
Ministério das Comunicações	39	38
Ministério da Educação	4.777	5.531
Ministério do Exército	2.198	2.051
Ministério da Fazenda	1.059	891
Ministério da Indústria e do Comércio	1.969	1.323
Ministério do Interior	1.081	961
Ministério da Justiça	328	321
Ministério da Marinha	1.771	1.656
Ministério das Minas e Energia	1.066	872
1 Ministério da Previdência e Assistência Social	168	3.188
Ministério das Relações Exteriores	340	315
Ministério da Saúde	1.693	2.232
Ministério do Trabalho	258	712
Ministério dos Transportes	1.913	2.690
Ministério da Cultura	118	176
2 Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social	38	1.573
Ministério da Ciência e Tecnologia	745	1.034
Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário	359	700
3 Ministério Público	—	53
Encargos Gerais da União	5.804	837
Serviços da Dívida da União	3.767	3.702
Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios	12.153	16.463
Encargos Financeiros da União	17.512	19.347
Encargos Previdenciários da União	4.994	4.946
Reserva de Contingência	1.074	101
2- Recursos de outras fontes e de entidades da Administração Indireta, inclusive Fundações Públicas (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)	2.665	2.718
3- Recursos dos orçamentos dos Fundos de Administração Federal (excluídas as transferências do Tesouro Nacional)	24.815	25.189
4- Recursos dos orçamentos das Operações Oficiais de Crédito (excluídas as transferências do Tesouro Nacional). Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda	15.116	13.991

OBS.: 1- Na proposta original do Executivo não estavam incluídas todas as verbas da Previdência
2- Após o envio da proposta do Executivo, foi anexado ao Ministério a LBA e a SEAC

3- Não constava da primeira proposta